



ID: 58489543

23-03-2015

ATUALIDADE III

PRESSÃO FISCAL

AUTORIDADE TRIBUTÁRIA ■ PROCESSOS PENDENTES CHEGAM QUASE AOS 48 MIL

Mais de 8,4 mil milhões em processos fiscais

■ Apenas 1162 ações concentram mais de 7,95 mil milhões de euros em dívidas fiscais

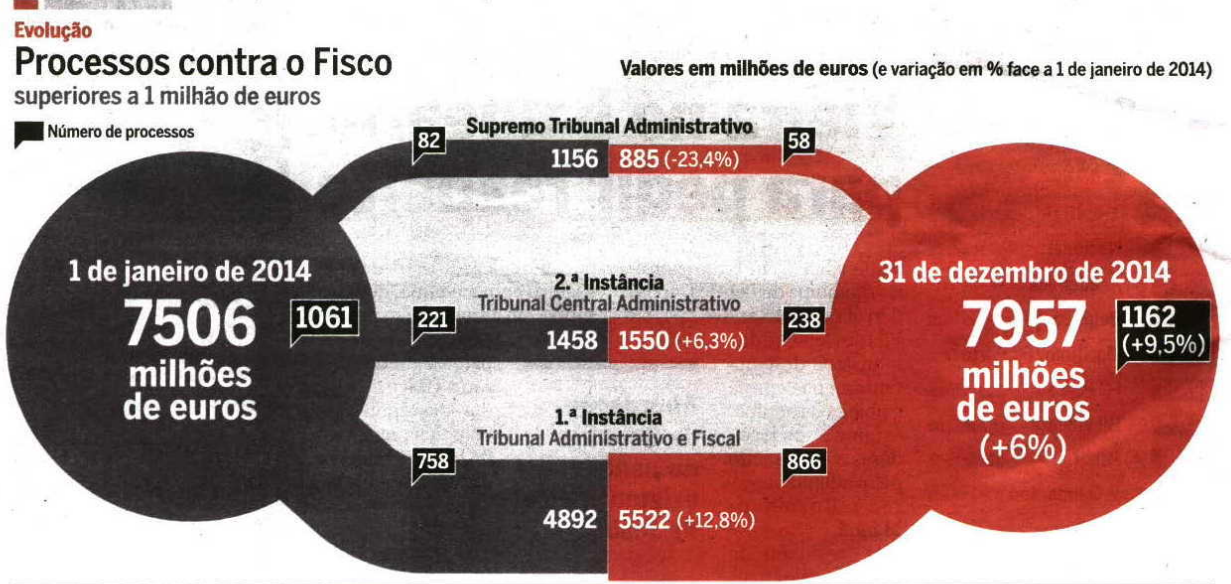
● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

Os tribunais administrativos e fiscais têm processos tributários pendentes no valor de quase 8,4 mil milhões de euros, verba que corresponde a cerca de 5% do PIB previsto para 2014. Desse montante total, mais de 7,95 mil milhões de euros dizem respeito a ações superiores a um milhão de euros cada uma, o que significa um aumento de 6% face ao final de 2013. Para Domingues Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de contas (OTOC), esta situação "é o resultado do aumento do número de processos dos contribuintes contra a Autoridade Tributária".

O relatório do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, a que o CM teve acesso, revela que, no final de 2014, no Supremo Tribunal Administrativo, nos tribunais centrais administrativos e nos tribunais administrativos e fiscais estavam pendentes cerca de 47 993 processos, um crescimento de 10,4% em relação aos 43 470 processos pendentes existentes no final de 2013.

Dos 47 993 processos existentes no final do ano passado, 1162 correspondem a ações de valor superior a um milhão de euros, cujo valor total ultrapassa os 7,95 mil milhões de euros. Os restantes processos são relativos a ações de valor inferior a um milhão de euros, cujo montante total será superior a 400 milhões de euros, segundo apurou o CM.

"Valor dos pendentes é demasiado elevado"
Domingues Azevedo



■ O secretário de Estado Paulo Núnico afinou nos últimos anos a máquina fiscal

especialista em Direito Administrativo e Fiscal, justifica este aumento da litigância com "o excesso de zelo da AT, que leva a liquidações de impostos desproporcionadas." E "esta tendência via continuar", sublinha.

O bastonário da OTOC concorda com esta análise e alerta que o valor dos processos fiscais pendentes nos tribunais já "é demasiado elevado". E frisa que, "se a Autoridade Tributária ganhasse 40% dos processos, re-

solvia-se o problema do défice público." O CM questionou o Ministério das Finanças, mas, até ao fecho desta edição, não obteve respostas. ■

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

✚ PORMENORES

- **PENDENTES**
No final de 2014, a distribuição dos processos era a seguinte: 866 nos tribunais administrativos e fiscais, 238 nos centrais administrativos e 58 no Supremo.
- **SENTENÇAS**
No ano passado, os tribunais administrativos fiscais proferiram 372 sentenças, ascendendo o valor desses processos a 2,1 mil milhões de euros.
- **RECLAMAÇÕES**
O IRC, o IRS e o Imposto de Selo são os que mais geram ações em tribunal dos contribuintes contra o Fisco.

TIAGO FERREIRA/LUSA



ID: 58489543

23-03-2015

AÇÕES | CIDADÃOS E EMPRESAS

O Fisco é alvo de ações interpostas por cidadãos e empresas, e entre estas destacam-se o Novo Banco, o BCP, a Jerónimo Martins e a Zara



CONTRIBUINTE | DEFESAS

Quando o contribuinte discorda do imposto apurado pelo Fisco pode interpor uma ação no Tribunal Administrativo e Fiscal, com vista a defender os seus interesses

PROCESSOS | PORTAGENS E IUC

Os tribunais administrativos e fiscais poderão ter, ao longo deste ano, um aumento considerável do número de processos devido a coimas do IUC e das portagens



VÍTOR MOTA

■ Sede nacional do PS no largo do Rato, em Lisboa

PS RECLAMA 600 MIL EUROS RELATIVOS AO IVA

● OPS reclama do Fisco a restituição de cerca de 600 mil euros relativos a IVA já pago em despesas com a atividade partidária. Para obter a devolução desse dinheiro, os socialistas interpuseram várias ações contra o Fisco no Tribunal Tributário de Lisboa.

AÇÕES NOVAS DISPARAM 36% EM TRIBUNAL

● Os tribunais administrativos e fiscais receberam, no ano passado, 19 456 novos processos tributários. Face ao ano anterior, trata-se de um crescimento de 36%.

3 MIL PROCESSOS DE IUC ESTÃO POR DISTRIBUIR

● Três mil processos de contraordenações relativos a coimas por falta de pagamento do IUC estão ainda por distribuir no Tribunal Tributário de Lisboa.